

COMENTÁRIOS

Prof. Doutor Fernando de Sousa

Vamos ter como comentadores das comunicações o Sr. Prof. Doutor Jorge Gaspar e o Dr. Joaquim de Azevedo. Passaria a palavra, desde já, ao Sr. Prof. Jorge Gaspar.

Prof. Doutor Jorge Gaspar

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Antes de mais, queria agradecer aos dois oradores pelas interessantes e estimulantes exposições que fizeram. O meu primeiro comentário vai no sentido de dizer que elas se completaram, mais do que se complementaram, e nesse sentido penso que os objectivos da Sessão foram atingidos.

Os apontamentos que farei serão mais orientados para estimular alguma discussão, do que propriamente para discordar no conteúdo do que foi aqui trazido.

A minha primeira reflexão vai para a questão do suposto mal da cidade e dos tão temidos malefícios da urbanização galopante e intensa que se está a verificar. É natural, como noutros momentos da história da humanidade, de uma grande transformação quer tecnológica, quer social, quer das mentalidades, que as nossas referências sejam questionadas. A referência "cidade" está a ser posta em causa, porque a imagem original que temos da cidade grega é uma imagem bondosa, recordamos a harmonia da cidade aristotélica - que, todavia, era uma cidade injusta e em tensão... -, isto para não falar já na imagem da cidade de Deus. Ao longo destes quase 3000 anos de cidades que estão no enraizamento da nossa urbanidade, fomos sempre memorizando a cidade como algo de bom, de libertador, como se percepcionava na Idade Média a cidade.

No entanto, em momentos de grande transformação tecnológica, social, política e das mentalidades, como dizia, a cidade foi o lugar da tensão, o local das grandes dúvidas. Podíamos ir para a Idade Média e pensar na legislação que D. Fernando teve que impor para travar a fuga dos campos para a cidade, porque esta era ingovernável. Mais recentemente, pensemos na cidade europeia industrial, do século passado, certamente uma cidade onde muito do que se disse aqui hoje tinha mais razão de ser do que tem no mundo urbano actual.

Assistimos neste momento nos países pós-industriais, sobretudo do chamado mundo ocidental, à transformação de um modelo de urbanização para novas formas de vida urbana. Há, como aqui foi dito, uma acelerada urbanização das populações. Mantenho a definição que o Sr. Eng.º Braga da Cruz teve a amabilidade de aqui trazer e, partindo dessa ideia de urbanização, verificamos que um mesmo país como Portugal está a caminho da urbanização total da sua população. Juntaria ao que foi dito a questão da mobilidade, hoje muito maior do que era ainda há muito poucos anos, mobilidade não só de pessoas e bens, como também de ideias e da informação.

Estamos num período de transformação e à procura de novas formas de vida urbana, o que, claro, traz grandes tensões, que, no entanto, não atingem o aspecto catastrófico que por vezes se quer dar. O facto do país se estar a urbanizar de uma forma muito mais densa e original ao longo da faixa que se estende do Cávado ao Sado, quanto a mim não traz nada de mal. Penso que em relação às populações que aí vivem também não tem nada de negativo, e eu vou dar alguns exemplos, em contraste, que sustentam esta visão.

Referindo-me inclusivamente a intervenções anteriores aos oradores desta mesa, saliento algumas ideias, utilizando termos usados pelo Sr. Presidente da Câmara: violência, alcoolismo e desemprego. É comumente aceite que são três dos males da cidade, mas já o eram no séc. XIX, na cidade da revolução industrial!

Vejamos, por contraste e por exemplo: numa aldeia alentejana dos dias de hoje, aldeia que há 30 anos tinha 3 mil habitantes e hoje tem 1000,

a maior parte deles envelhecidos, a violência é enorme e não se mede pelas disputas entre os habitantes, mas pela violência que estes se infligem a si próprios, já que as taxas de suicídio são elevadíssimas. Estou convencido de que há mais suicídios nos 500 mil alentejanos do que homicídios nos 2,5 milhões de habitantes da área metropolitana de Lisboa. Isto pode colocar em confronto dois tipos de violência e, se se pode falar nesse sentido, qual dessas violências é a menos criadora?

Alcoolismo - só a quem não conhece os nossos meios rurais este problema poderá passar despercebido... Dou novamente o exemplo de uma aldeia alentejana, em que estudos indicam capitações de consumo de vinho terríveis.... É mais conhecido o alcoolismo de áreas fortes produtoras de vinho, do Noroeste ou Oeste, mas no Alentejo o alcoolismo atinge valores elevados, desconhecidos mesmo nos bairros mais degradados da área metropolitana de Lisboa.

O desemprego nem se fala, as taxas de desemprego são muito superiores nestas áreas rurais.

Continuo com o caso do Alentejo, de aldeias bem definidas, uniformes e circunscritas, diferentes das do Noroeste, já parcialmente urbanas e onde há uma sobreposição de dois estilos de vida e uma articulação entre eles, um ligado ao mundo rural e agrícola e outro já ligado à indústria, como falou o Sr. Eng.º Braga da Cruz. Comparando a qualidade de vida, a esperança e as perspectivas de futuro numa aldeia alentejana ou num subúrbio de Lisboa, muitas vezes 100% subúrbio de alentejanos, vemos bem que se sentem mais felizes e satisfeitos os que vieram para a área metropolitana de Lisboa, conseguindo até afirmar a sua cultura de origem de uma maneira mais forte do que os que ficaram na terra conseguem fazer.

Para resumir, o processo de urbanização no nosso país, apesar de todos os problemas e carências que persistem nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, respondem às necessidades de progresso social, correspondendo às características da sociedade e do Território.

Dando outro exemplo, um tema estudado sobretudo em França, mas cujo modelo se pode aplicar a Portugal com conclusões não muito diversas - a ideia feita de que a urbanização e as grandes áreas urbanas destroem os laços de família, que se desagrega completamente. A Sra. Secretária de Estado falou nas famílias mononucleares, que são indubitavelmente um facto... Contraponho que, por outro lado, há um distinto tipo de laços familiares em franco crescimento nestas grandes áreas urbanas e cada vez mais a família é fundamental na metapólis, para utilizarmos a expressão de um autor francês, conceito que se estende já para além dos limites da metrópole.

Pensemos em casos de relações no seio de famílias alargadas que vão desde a organização da educação dos filhos, o encontro de emprego e a utilização de tempos livres às visitas que se fazem com a mobilidade hoje possível. Como grande parte da população das áreas rurais emigrou para as áreas urbanas e aí refez os seus laços familiares, há actualmente mais ligações interfamiliares no circuito de uma área metropolitana do que dantes, quando essa população se dividia entre os que ficavam na aldeia e o pai, que sozinho trabalhava na cidade, o modelo da emigração campo-cidade de há umas dezenas de anos atrás.

A família não desapareceu e está, mesmo, a reforçar-se. Poderíamos estender a análise a famílias com diferentes níveis sociais e verificaríamos que mesmo algumas opções de residência têm cada vez mais a ver com a família. Embora o filho vá viver sozinho e constitua o seu agregado, porque arranjou emprego, etc., a relação com a família mantém-se e a escolha do seu local de residência - alguns inquéritos comprovam-no - é feita tendo em conta a continuidade de relações familiares.

Um comentário à exposição do Sr. Eng. Braga da Cruz, quando avança que a solução para as áreas degradadas não está sobretudo na habitação. Gostei muito de ouvir isto e é uma questão em que temos insistido. Resolver o problema da pobreza e da degradação social só pelo lado da habitação é um erro que geralmente em vez de o resolver o vai acentuar, na medida em que vai criar guetos. Tanto Lisboa como o Porto têm disso excelentes exemplos, pela negativa, e a solução a breve prazo, se ti-

vermos condições económicas para isso, terá que passar pela demolição de alguns desses dormitórios de habitação social, como o caso de Chelas, em Lisboa, a não ser que se façam operações de reintegração urbana destas áreas.

Um dos programas do Quadro Comunitário de Apoio em curso, poderá, nalguns casos, dar muito mau resultado, porque acentuará esta ghettoização da população, que se hoje está em bairros de lata onde as relações, apesar de tudo, estão consolidadas e a integração na cidade está feita, "despejá-los" para dormitórios periféricos vai acentuar-lhes os problemas.

Também expresso a minha concordância sobre a emergência recente da área metropolitana do Porto e a sua diferença em relação à área metropolitana de Lisboa, mas há algo de semelhante entre as duas, no sentido restrito de que falou o Sr. Eng.º Braga da Cruz. Vou um pouco mais longe do que o comentário que ele fez e aponto a existência de um número muito restrito de municípios e a existência de municípios muito grandes e muito fortes, face às dimensões da cidade do Porto.

Coloco-vos uma hipótese de trabalho: na maior parte das áreas metropolitanas da Europa, por exemplo Paris, Lyon, Madrid e as grandes aglomerações italianas e alemãs, uma das dificuldades que se colocam à sua gestão é o número excessivo de municípios e, no entanto, paradoxalmente, é aí que funcionam melhor sistemas de coordenação metropolitana. Creio que no caso de Lisboa e do Porto o facto de existirem muito poucos municípios e municípios com uma força crescente, não tanto pelas atribuições mas pelo seu peso demográfico, económico e, sobretudo, pelo seu peso político, torna-se difícil a concertação. Esta questão não respeita só ao Porto, embora seja aí mais acentuada pela exiguidade da sua dimensão, o que faz com que muitos dos problemas da urbanidade portuense tenham que ser resolvidos fora da *polis* portuense.

Lisboa, na reforma do fim do século passado, foi um pouco mais longe, ficando com o dobro da superfície, o que facilitou de algum modo as soluções, mas o problema da exiguidade já se põe em Lisboa, nos dois

sentidos, porque se por um lado concelhos como o de Oeiras ou Cascais, Almada ou Loures não estão dispostos a ceder a primazia a Lisboa, Lisboa também procura resolver dentro dos seus limites administrativos todos os problemas que são da capital, mas esta não se pode limitar à cidade no sentido administrativo.

Assim, parece-me que seria de começar a estudar a hipótese de criação de novos municípios nessas áreas metropolitanas e de molde que se dê a aproximação do cidadão à política. Não entro pelos caminhos da gestão da educação, porque não tenho alguma competência para tal, mas penso que a maior aproximação do cidadão à sua autarquia permitirá responder a muitas das questões levantadas pelo Prof. Santos Silva. Isso só será possível, em meu entender, com o aparecimento de mais municípios que responderão melhor à realidade actual destas áreas metropolitanas. Deve notar-se que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não cresceram por processos simples de suburbanização, mas na maior parte dos casos por processos de descontinuidade.

Em muitas situações, como aqui no Porto, afirmaram-se descontinuidades e deu-se uma “condensação urbana”, cresceram urbanizações a partir do rural sem nenhuma dependência directa de um único polo, de uma cidade-mãe, como a própria etimologia da palavra metropolitana significa. Há várias mini-metrópoles que criaram esta grande realidade que, e presto homenagem ao Prof. Abílio Cardoso, já hoje é a região urbana. A metapólis nortenha ou portuense ultrapassou há muito os limites bem estreitos da área metropolitana.

Em relação à competitividade, haveria muito a dizer. Ponho algumas dúvidas sobre a terciarização, não a terciarização estatística, mas a terciarização como um processo ou um estágio de desenvolvimento. Há que ter muito cuidado aqui. A qualificação do sector industrial é fundamental. Agora, podemos lamentar o aprofundamento do modelo tradicional, de trabalho intensivo. Ainda nos limites da exposição do Sr. Eng.º Braga da Cruz e para finalizar o comentário à sua intervenção, eu queria salientar a importância do que tem sido feito no domínio do planeamento físico pelos vários municípios, não só da área metropoli-

tana, mas da tal nebulosa urbana que se estende desde Norte do Vouga até ao Cávado.

O trabalho desenvolvido contribuiu para a aproximação da cidadania e o planeamento físico tem sido muito importante para isso. A Maia é um dos melhores exemplos, no domínio não só das infra-estruturas, mas também no que elas transportam para novos estilos de vida, e sobretudo para a identificação das pessoas com a ideia de cidade, ideia essa que implica o sentimento e o acesso à cidadania. Isso tem sido realizado num curto espaço de tempo, frequentemente mal apreciado na paisagem um tanto insólita, que parece desorganizada, desta nebulosa urbana... Mas desde Felgueiras até à Maia, onde estamos, temos vários exemplos de como há uma lógica e de como estão realmente a emergir novas e verdadeiras cidades. Neste aspecto quero sublinhar o meu optimismo.

E remato parafraseando o Prof. Augusto Santos Silva. Refazer a cidade também pode contribuir para fazer a escola, no sentido mais amplo, que não apenas a escola básica e secundária, mas a escola global. Por isso não me admira nada que nalguns destes embriões de cidade que se estão a construir, aparentemente de uma forma artificial, comecem a aparecer as universidades.

Aproveito este comentário para discordar um pouco do Prof. Santos Silva. Eu poria uma ênfase em todo o sistema escolar no refazer da cidade, desde o quarteirão da unidade de vizinhança - o pré-escolar - até à universidade, que não devemos segregar da cidade, como muitos dos que têm experiências interessantes em *campus* universitários dos Estados Unidos ou de alguns países europeus querem transportar para Portugal. A universidade, entre nós, deve ser um instrumento de recuperação dos centros históricos de muitas das nossas cidades, não só de Lisboa, onde isso é por demais evidente, não só do Porto, mas de outras cidades que têm essa dimensão histórica.

Acabo como comecei, com um exemplo alentejano. Évora pode dar-nos um bom exemplo de como a integração do *campus* universitário dentro

do centro histórico é uma forma de vitalizar e de fazer renascer a vida urbana.

Muito obrigado.

Dr. Joaquim Azevedo

Procurarei ser um pouco mais sintético e suscitar o debate, já que o meu comentário se situa como uma ponte entre as intervenções e o debate.

Em primeiro lugar, em relação à intervenção do Sr. Eng.º Braga da Cruz, gostava de retomar a ideia, em síntese, de encarar a educação e o meio urbano pensando o social na sua globalidade, e a educação como instrumento de desenvolvimento social, para uma vida urbana com mais qualidade. Nós, os da educação, como é que olhamos o planeamento e o desenvolvimento?

Levantam-se muitas questões, nomeadamente na relação entre planeamento informal e planeamento estratégico. Quando pensamos hoje uma rede escolar numa cidade, numa área metropolitana, como é que a equacionamos? Há uma sobrevalorização do planeamento informal, em que muitas vezes quem tem o poder de tomar a decisão são presidentes de câmara e governadores e, portanto, onde não há de facto um planeamento mais participado e com mais sentido estratégico.

Ainda uma subquestão, a do crescimento exponencial do terciário, que já foi devidamente matizado, mas sobretudo de um terciário de apoio à indústria, que resulta da externalização de grande parte de actividades que, nas últimas décadas, eram desenvolvidas no contexto industrial. Isto coloca problemas importantes ao próprio planeamento estratégico do desenvolvimento: por exemplo, qual o lugar de um parque escolar, de uma dada oferta escolar, às suas funções e prioridades, sobretudo

quando dizemos que queremos inserir a escola em novas redes de acção social; o discurso fica posteriormente um pouco deslaçado das práticas do planeamento escolar, porque é gizado de uma maneira isolada, tecnocrática e ensimesmada, que nada tem que ver com esta perspectiva das novas redes de acção social.

Por outro lado, tomando o lema mobilizador do meu amigo Augusto Santos Silva como escola-lugar de relação, eu aproveitaria para sublinhar três aspectos:

1. Por um lado, tenho-me dado conta de que é muito difícil pensar esta escola como lugar de relação em meios urbanos, sobretudo quando queremos construir essas redes de acção social. Tenho-me dado conta de que não é fácil às escolas implantadas em tecido urbano construir essas redes, uma vez que há um fechamento muito grande de diferentes instituições sobre si próprias, nomeadamente a escola, que é uma instituição que sempre cultivou a verticalização e não a horizontalização. Assim, há um *volte face* que se pretende dar com esta dinâmica da territorialização, da participação local, das redes de acção social, etc. Tudo isto é muito difícil de construir em meio urbano numa escola cujo modelo é todo ele voltado para o culto da verticalização e da hierarquia, onde a própria legitimidade da acção social escolar se encontra na estrutura vertical e não na horizontal.

Como se ultrapassa esta enorme dificuldade? Penso que isto tem muito que ver com o modelo de gestão escolar, o grande impasse político dos últimos 10 anos em Portugal, em que não se avança e não se recua, não se sabe para onde se vai.

2. A escola, local de relação, tem que ver com uma questão muito importante que também o Augusto Santos Silva levantou, que é esta articulação do curricular e do não-curricular, ou daquilo que é o lado de dentro do currículo, o prescrito e o não prescrito, e aquilo que pode ser a construção social e local da escola.

Temos alimentado nos últimos anos em Portugal uma dificuldade muito grande em relacionar estas duas valências e eu penso que, também

como ele próprio disse, o refazer de alguma vida na cidade e de uma nova articulação entre a escola e a cidade tem muito que ver com esta capacidade entre o ligar a escola das águas que correm com a escola das margens que comprimem, porque uma coisa e outra não podem viver separadamente. Uma escola apenas de águas que correm era talvez impossível de pôr de pé e era inaceitável do ponto de vista social; mas a escola das margens é a primadona, é a escola que temos, é a escola onde dificilmente mexemos, onde é preciso ousar mexer profundamente.

3. Finalmente, o tema da escola-lugar de relação tem muito que ver com as práticas da administração, como referido, e uma administração que apoie e incentive as dinâmicas de rede, da horizontalização, as dinâmicas de criação de parcerias, de ligação ao território. De facto, tal coloca a questão de saber como educamos e formamos uma administração que sirva este objectivo, já que a nossa administração está formada e educada para servir a verticalidade. É preciso investir muito neste campo, que isto não vai só de boas-vontades.

E ficava-me por aqui.

Muito obrigado.